



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/05/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom dia todos. Com a presença da nobre Vereadora Soninha Francine, e dos Srs. Vereadores: Reginaldo Tripoli, Ricardo Nunes, José Police Neto. Declaro abertos os trabalhos da quinta audiência pública do ano de 2017. Essa é a primeira audiência pública do Projeto de Lei 239/17, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2018, a LDO.

Informo que essa reunião está sendo transmitida no portal da Câmara - www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Estão presentes os Srs. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda; Luis Felipe Vidal Arellano, Subsecretário do Tesouro; Ahmed Sammer El Khatib, Coordenador Geral do Orçamento da Secretária da Fazenda. Presença também - deixo sempre a vontade, os colegas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Fernando Correia Risério, Agente de Federação da Subsecretaria de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e Marcos Chust, Agente da Subsecretaria de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Tem a palavra ao nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sr. Presidente, apenas explicar minha presença. Sou membro substituto do PSD nessa comissão. Vereador Rodrigo Goulart cumpre missão oficial da Câmara, no exterior, motivo pelo qual estarei substituindo o nobre Vereador, nesta e possivelmente, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Sintamos honrosos com a presença de V.Exa. Passo a palavra ao relator, para discorrer sobre o nosso calendário e aquilo que julgar necessário explicar.

O SR. RICARDO NUNES - Agradeço a presença do Sr. Secretário Caio, e deixar registrado sua sempre presença aqui, ontem por várias vezes, acredito que isso tem melhorado muito nossos trabalhos da comissão. Tenho certeza de que é o sentimento da nobre Vereadora Soninha, do Tripoli, nosso Presidente, Jair Tatto, do Rodrigo Goulart que está em viagem, de

todos os Srs. Vereadores, o nobre Vereador José Police Neto, está aqui representando o PSD.

A Comissão de Finanças, ela tem tido inserção nos trabalhos da Casa, muito destacado, em vários temas, de sempre promover reuniões, audiências públicas, pareceres. Então, com todo respeito a todas as demais comissões da Casa, mas a Comissão de Finanças nos últimos quatro anos, e já começou esse ano, nessa legislatura, também com a mesma cultura de ser uma comissão muito atuante, muito atenta nas questões do Executivo, principalmente naquilo que nos compete como prioridade que é cuidar das contas, fiscalização, essas questões todas.

Na LDO do ano passado, fizemos duas audiências públicas, e desse ano, por solicitação do Presidente dessa Comissão, nobre Vereador Jair Tatto, vamos fazer algumas audiências temáticas na busca de ter, sempre colocar oportunidade para as pessoas discutirem e apresentar suas dúvidas. Então teremos essa quarta feira que é a primeira e nas próximas três quartas-feiras, seguintes tratando sobre a LDO com o objetivo de instigar a população a participação e ter uma compreensão da importância da questão do Orçamento.

Na LDO do ano passado, essa comissão apresentou ao plenário, algumas propostas de uma melhor discussão da LDO. Sempre a LDO chegava aqui, era uma coisa meio que padrão de fazer duas audiências obrigatório, assim, quase que sem nenhuma alteração e com esse histórico que acabei de passar ao senhor, de procurar fazer com que surjam nossas inovações, nós fizemos varias colocações ano passado e vários itens foram vetados.

Se o presidente me permite, gostaria de citar o que foi produzido e vetado para fazermos esse debate e já entrar no tema seguinte, Por exemplo: havíamos incluído no parágrafo 4º do Art. 3º o seguinte: “Fica o Executivo obrigado a conceder toda a estrutura básica necessária para funcionamento dos conselhos participativos de cada distrito ou temáticos considerando a estrutura como cessão de espaço físico mobiliário, custeio de deslocamento, serviço de telefonia fixa e móvel ao servidor de carreira destacado para auxílio do Conselho.” O objetivo da época era fortalecer a participação popular dando a mínima

estrutura para os conselhos participativos.

No Art. 6º fizemos o parágrafo único que dizia o seguinte: “Sem prejuízo dos caput desse artigo são prioridades e metas da administração desses fundos para 2017...” E fizemos várias inclusões, como por exemplo: o item D, “Situação do valor da Dívida Ativa, em 2016, apresentando por tributo a quantidade de devedores pelas seguintes faixas de montante de dívida, até 10 mil reais, acima de 10 mil reais, até 100 mil reais,. Acima de 100 mil reais, até um milhão de reais e acima de um milhão de reais”. O objetivo era dar mais transparência, aumentar o diálogo com relação à questão da dívida ativa. Isso fizemos em junho de 2016, e ali já demonstrava que estávamos certo, tanto é que foi instalado nessa Câmara a CPI para discutir a questão da dívida ativa onde tem 104 bilhões de dívida ativa. Discutiu muito aqui no passado, inclusive a questão de terem tirado do balanço da Prefeitura do Município de São Paulo 39 bilhões da dívida por considerar títulos podres, que inclusive essa comissão enviou para a Secretaria um questionamento com relação ao estudo para a retirada desses 39 bilhões da dívida ativa onde, no estudo que a Secretaria nos apresentou demonstrava que o PPI, para os casos de ISS ele trazia uma inversão do objetivo, ou seja, quando você lançava o PPI diminuía a possibilidade de arrecadação de receita no caso do ISS. Para desenhar para vocês como estamos trabalhando, acompanho o trabalho de vocês, sempre respeitando, fazemos nosso papel da fiscalização contributiva e não daquela fiscalização de ficar achando pelo em ovo, mas de ser contributivo. De que estamos aqui atentos, olhando e procurando contribuir.

Esse é um item que pretendemos repetir: o melhor detalhamento da dívida ativa e talvez possamos ter o consenso de não ter o veto dessa vez, porque é para o bem da Cidade. O § único também desse artigo que colocamos foi vetado, dizia o seguinte: no caso do Imposto Sobre Serviço, ISS, o disposto no inciso 6º desse artigo apresentará a quantidade de devedores discriminada por item de serviço. Ou seja, a Comissão de Finanças e Orçamento já vem desde a legislatura passada tendo uma preocupação muito grande com relação à dívida ativa. Também no artigo 10, secretários, o que foi vetado pelo Governo anterior dizia o

seguinte: os projetos e atividades constantes do programa de trabalho dos órgãos e unidades orçamentárias deverão ser unificados pormenorizadamente segundo a sua localização, dimensão, características, princípios e custos, em conformidade com o disposto no § 8º, Art. 137, da Lei Orgânica do Município.

Ou seja, são todos itens visando com que a nossa atividade de acompanhar as atividades do Executivo sejam mais detalhadas. E fazendo um parêntese, hoje estamos numa dificuldade, Secretário, de conseguir o acesso ao Cubo. A gente não consegue ter acesso ao Cubo, quer dizer, estamos quase ingressando com uma ação judicial para o Governo nos fornecer o acesso ao Cubo. Então acho que é importante termos esse alinhamento.

Continuando aqui, também no Art. 3º diz o seguinte: a renúncia decorrente dos incentivos fiscais aos que instalados permanecerem com empresa na zona Sul, conforme previsto na lei municipal 16.359, será considerado na estimativa da lei orçamentária não afetando as metas de resultados fiscais previstos no anexo desta lei.

Por que isso, Secretário? Votamos aqui um projeto do Executivo que dava incentivos fiscais nos bairros mais carentes da zona Leste. E por iniciativa desta Casa, inclusive, fui um dos autores, aprovamos a lei que dava incentivos fiscais para o extremo Sul, nas regiões mais carentes, lembrando que lá estão os piores IDHs da Cidade. O objetivo é gerar incentivo para as empresas se instalarem, também foi vetado.

No Art. 17, dizíamos o seguinte: a contratação de qualquer empréstimo, ainda que anteriormente autorizado, dependerá de autorização legislativa específica vetada a inclusão do pedido de projeto de lei orçamentária. Uma valorização do trabalho parlamentar, em que obrigatoriamente os empréstimos deveriam ter autorização desta Casa Legislativa, o que também foi vetado.

Outro item vetado: despesas por unidade orçamentária, obedecendo as classificações funcional, programática, detalhando os programas segundo o projeto de atividades e operações especiais, especificando por, no mínimo, categoria econômica, grupo

de natureza de despesa e modalidade de aplicação. E no caso dos projetos, localização, dimensão, características principais e custos, em conformidade com o disposto no § 8º, do Art. 1.137, da Lei Orgânica do Município. Também foi vetado. Todas, como o senhor pode ver, visando melhorar nossa condição de trabalho no exercício da vereança.

O Art. 25, também vetado, dizia o seguinte: a variação do valor das despesas com pessoal, encargos em 2017, em relação ao total das mesmas despesas realizadas em 2016, não será inferior à variação, em 2016 com relação a 2015, do valor da receita corrente líquida definida no Art. 2º da lei complementar 101, de 2000.

Fizemos uma audiência pública lotada aqui, acho que havia mais de 600 pessoas, só tratando do funcionalismo. E dessa audiência pública surgiu essa proposta de ter a receita corrente líquida atrelada ao gasto com pessoal, porque a nossa Comissão entendeu por bem de que isso seria altamente viável. Se tiver de aumentar “X” por cento o gasto com pessoal, e de repente não há essa arrecadação, então a ideia foi atrelar a arrecadação da receita corrente líquida com relação ao gasto com pessoal. Também foi vetado.

É tanto veto que acho que vou demorar muito tempo para falar tudo. Art. 32, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares, conforme critérios para execução equitativa e montante correspondente a 0,6 da receita corrente líquida, realizada em 2016. Essa é aquela questão que já está superada no âmbito federal, que é a execução das emendas parlamentares, também foi vetado. No § 1º dizia o seguinte: as programações orçamentárias previstas no caput desse artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica ou legal.

Ou seja, total cuidado para que em havendo alguma restrição técnica ou de orçamento, impedimento de ordem técnica ou legal, aliás, não seria obrigatória a execução das emendas parlamentares.

Aí também segue, Secretário, a questão do empenho das despesas que integram a programação de forma do caput deste artigo serão adotadas as seguintes premissas. Aí vem

algum critério até 120 dias após a publicação da lei orçamentária e todo um critério com relação à execução. Não preciso ler aqui, com relação à execução das emendas parlamentares. Outra questão que também foi vetada: se for verificada a estimativa do resíduo de despesa poderá resultar no não cumprimento da meta do resultado fiscal estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, montante previsto no caput deste artigo, poderá ser reduzido em até a mesma proporção de limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias, considerando-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que atenda de forma igualitária as emendas apresentadas, independente da autoria. Tratando aqui da questão das emendas parlamentares.

O Art. 37 também foi vetado. Dizia o seguinte: fica o Poder Executivo obrigado a descongelar os recursos para as despesas de capital das subprefeituras, agora prefeituras regionais, se houver em razão igual ou superior a 80% dos descongelamentos dos recursos destinados às despesas decorrentes das subprefeituras.

Também foi vetado o Art. 39. Dizia o seguinte: o valor das despesas empenhadas pela Administração Direta ou repassadas para as empresas municipais a título de subsídio ao preço de serviços prestados pelo Município, ou transferidos na forma de concessão e permissão a terceiros, não será maior do que o valor empenhado no exercício de 2016, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA/IBGE.

Era uma discussão grande nesta Casa, porque tivemos um aumento muito grande dos subsídios do transporte, se não me falha a memória, 2013, de 1 bilhão; 2014, 1,5 bilhão; 2015, 2 bilhões; 2016, perto da casa de 3 bilhões. Então a ideia era dar uma estancada nisso, não deixar esse desenfreio com o dinheiro público no subsídio, mas também foi vetado. Acho que também é um assunto importante para debater.

O Art. 41, também vetado, Secretário, em atendimento ao disposto no Art. 4º, inciso 1, da alínea “E” da lei complementar federal 101/2000, o Poder Executivo desenvolverá um mecanismo de consulta pública operando todas as atas de registro de preços em um único

sistema integrado, o qual estará disponível na página oficial da Prefeitura, na internet, com vistas a melhor gestão de custo da Administração Pública Municipal.

Identificamos na Comissão de Finanças situações, por exemplo, talvez eu erre nos números, mas uma locação de uma Kombi na Subprefeitura da Sé, por um valor de quatro mil reais por mês. Em contrapartida identificamos outras prefeituras com locação de carro de 12 mil reais, mesmo carro, com motorista, tudo igual, o mesmo serviço. Então a ideia aqui foi tentar incitar a Administração a que criasse um modelo que pudesse ter condições de valores iguais. Também foi vetado.

Outra questão, Art. 41, atendendo ao disposto no Art. 4º, inciso 1, da lei complementar, o § único desse mesmo artigo dizia o seguinte: havendo diferença de preços para o mesmo objeto entre diferentes atas de preço, o referido sistema colocará em destaque a ata que tiver o menor preço para o mesmo objeto. Sempre buscando o melhor uso do dinheiro público. O Art. 42, também vetado, dizia o seguinte: o Poder Executivo do Município de São Paulo, inclusive, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais atividades controladas direta ou indiretamente pelo Município, nas aquisições ou contratações que ultrapassem o valor de 500 mil reais, deverão realizar procedimento licitatório específico, ainda que exista ato de ajuste de preço em vigor.

Também observamos durante nossa atividade de fiscalização muitas situações em que se utilizava a ata e serviços em outros setores da Prefeitura eram feitos direto com valor menor do que a ata. Então a ideia é que para os serviços acima de 500 mil reais, obrigatoriamente, fossem feitas as licitações e no caso, sendo menor do que a ata, esse seria acolhido. E na ata de menor preço também foi vetado.

O § único desse artigo diz o seguinte: realizado novo procedimento licitatório e constatado que as condições apuradas são menos vantajosas para a Administração Pública - é o que acabei de falar - será utilizada a ata dos preços em vigor para o mesmo objeto.

Em síntese, Secretário, só queria iniciar essa primeira audiência pública para falar

sobre o que produzimos na LDO do ano passado. E como o senhor pode ver foi uma contribuição importante dos Vereadores membros da Comissão de Finanças, os demais Vereadores também e das audiências públicas. E foi elaborada essa LDO com muitos vetos.

Então começaria só destacando o que foi produzido pela Comissão e os vetos com relação a LDO do ano passado, 2016. Em síntese, da peça que nos chegou agora entregue pelo Vice-Prefeito Bruno Covas, na data então em exercício, não tem muitas coisas diferentes do que o padrão. Temos uma questão bastante séria: dos precatórios, mas está no quadro de riscos. Enfim, agora, estou mais presente para escutar, queria só fazer essa abertura com relação ao que desempenhamos no ano passado. Talvez seja o que vai produzir o relatório da LDO deste ano. E acho que seria de bom grado, Presidente, passar ao Secretário para fazer suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, nobre Vereador. Anunciar a presença do nosso Vice-Presidente da Comissão, Vereador Isac Felix e também a presença do nobre Vereador Eduardo Suplicy, que muito nos honra e me solicitou uma justificativa, porque não poderá ficar por muito tempo. Tem a palavra V.Exa.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - É que temos a Comissão de Política Urbana que vai discutir o aumento do limite de velocidade nas marginais e suas consequências. Então tenho de ir ao plenário a partir das 10h, que já são.

Quero cumprimentar o Secretário Caio Megale e a todos, inclusive, o Vereador Ricardo Nunes pelo excelente relatório que aqui apresentou; todos os membros da Comissão e prezado Presidente, Vereador Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy. Foram convidados também para esta audiência pública os Srs. Júlio Semeghini, Secretário Municipal de Governo; Roberto Braguin, representando o Presidente do Tribunal de Contas; Vice-Presidente, Bruno Covas Neto, Secretário Municipal das Subprefeituras; Milton Flávio, Secretário Municipal de Relações Governamentais ou Secretário Extraordinário, com essa nova

mudança e diversas entidades.

Esta audiência foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 28/04/2017, na *Folha de S.Paulo*, em 02/05/2017, *Diário Oficial*, nos dias 27, 28, 29/04 e 02, 03/05, de 2017.

Imediatamente passo a palavra ao Sr. Caio Megale, Secretário Municipal da Fazenda.

O SR. CAIO MEGALE - Obrigado, Presidente, Vereador Jair Tatto, pelo convite. Quero cumprimentar, em nome da Secretaria da Fazenda, todos os Vereadores da Comissão presentes, em especial, a Soninha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretário, se me permite, já considero abertas as inscrições para os colegas que quiserem se manifestar. Muito obrigado.

O SR. CAIO MEGALE - Obrigado. Continuando, cumprimentar todos os Vereadores, em especial, a Soninha que até pouco tempo estava lá com a gente no secretariado. Esse trabalho da Comissão de Finanças e de desenvolver a lei de diretrizes orçamentárias é, talvez, o trabalho mais importante que temos na Secretaria da Fazenda. De todas as nossas metas e objetivos, fazer um orçamento que seja adequado a São Paulo e cumprir adequadamente, manter o orçamento equilibrado, manter a sustentabilidade financeira do Município é a nossa missão primordial. Sabemos que há a tentação de gastar mais, mas isso pode gerar problemas nos exercícios seguintes. Por isso esse trabalho da LDO, o trabalho da Comissão é tão importante para que tenhamos esse orçamento bem executado.

Quero agradecer também o Luís Felipe e o Ahmed, que vieram comigo, são dois servidores da Casa. Estavam aqui nos governos anteriores também e continuam neste Governo. São técnicos da melhor qualidade, com os quais tenho o prazer e o orgulho de trabalhar junto e vão me ajudar aqui nos comentários e nas respostas.

Elaboramos a LDO olhando para um horizonte de cenário macroeconômico em que a economia continua em profunda recessão neste ano, mas vai gradativamente se equilibrando e recuperando ao longo do tempo. Usamos as premissas de consenso de projeções,

esperando um crescimento de 2,5% do PIB, no ano que vem. Essa recuperação deve trazer algum incremento na arrecadação tributária que vem, nos últimos anos, sofrendo com a recessão econômica. Nossa expectativa é que venha algum incremento e estamos colocando que as receitas vão crescer, as despesas vão crescer gradativamente em linha com essa perspectiva de retomada da economia e retomada da arrecadação.

Nós, por definição, fazemos premissas conservadoras. Premissas que nos deem tranquilidade. Tranquilidade talvez não seja a palavra, porque na Secretaria da Fazenda nunca tem muita tranquilidade, mas que nos deem convicção de que vamos executar o orçamento público com responsabilidade e sustentabilidade.

Por fim, quero dizer que estamos à disposição. Acho que é muito importante ouvir as audiências públicas, são importantes as audiências, as emendas parlamentares para discutirmos também a pertinência de cada uma delas. Acho que esse trabalho será muito importante pela descrição do Vereador Ricardo Nunes.

O trabalho já foi bastante intenso no ano passado, espero que seja intenso este ano também. Quanto melhores ideias melhor. E é importante também a audiência da sociedade. Então estamos aqui à inteira disposição para ouvir. Vamos anotar tudo, vamos discutir todas as ideias, para que saíamos desse processo com uma Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda mais robusta e ainda mais adequada para a cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - A palavra está aberta aos Srs. Vereadores.

Esta presidência também gostaria de colocar alguns questionamentos.

V.Exa. vai , para dar velocidade também?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tá. Muito obrigado pela presença, e espero a volta de V.Exas.

Queria, rapidamente, colocar alguns questionamentos sobre alguma coisa

elaborada pela Bancada do PT.

Pergunto aos Colegas, ao Secretário, sobre a meta de resultado primário do exercício de 2017; se ela foi alterada. A Prefeitura anterior deixou 2,4 bi em caixa de recursos disponíveis para a execução do orçamento de 2017 - a maior parte de operações urbanas e fundos municipais. Para gastar esses recursos, foi solicitada a alteração da meta de superávit primário. Então a pergunta é objetivamente sobre o resultado primário do exercício de 2017, se foi alterada.

O Secretário pode responder em bloco depois? Como prefere?

O SR. CAIO MEGALE - Como V. Exa. preferir. Se forem muitas perguntas, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu vou desenvolvendo aqui.

O SR. CAIO MEGALE - Tá bom.

P - As receitas previstas para o plano de privatizações de 2018, o que representa? Quais são as receitas previstas para 2018 com o plano de privatizações? Se o governo já tem algo preparado nesse sentido.

O art. 35 da LDO estabelece que, em até 15 dias após o encerramento de cada trimestre, o Poder Executivo publicará relatório sobre a execução de emendas parlamentares. Essa medida está associada com a aprovação do orçamento impositivo, Vereador Ricardo Nunes, que tanto lutou por esta...? O que me consta é que é um dos vetos do Governo.

Qual a necessidade de o art. 42? O Governo de gestão excelente não consegue compatibilizar as metas do programa de metas no orçamento dentro do prazo legal.

A última: quais as medidas do Governo Doria? “Quais as medidas que o Prefeito Doria irá tomar em relação aos riscos fiscais do regime de previdência municipal”?

Na concepção de vocês, a dívida do Município de São Paulo não é mais um risco fiscal do Município?

O programa *Viva Criança* possui como meta a diminuição da taxa de mortalidade

infantil em 5% na cidade de São Paulo. No entanto, a taxa de mortalidade infantil caiu 6,7 nos três primeiros anos da gestão anterior. Mas a gestão Doria quer diminuir 5% em quatro anos. Essa meta está correta? Vereadora Soninha pode nos ajudar nesse quesito também.

A dívida do Município para 2018. Qual será a arrecadação de 2012 com ampliação de 10% com dívida ativa do Município?

Qual a relevância de constar na LDO o programa *Amigo da cidade*, com meta de mobilizar cinco mil voluntários nas ações da Prefeitura de São Paulo, e que tem como linhas de ação lançar o portal *Amigos de São Paulo* e promover oito ações de voluntariado? Esse programa é relevante na LDO?

E a última questão: o programa *São Paulo, cidade do mundo* serve como justificativa para o Prefeito ficar viajando pelo mundo em vez de governar da cidade de São Paulo?

Eu queria, objetivamente, saber se tem tido dividendos objetivos nessas viagens do Prefeito da cidade de São Paulo. São perguntas objetivadas. Se vocês, na hora de responder, quiserem que a gente repita, não teria dificuldade nenhuma. Vereadores inscritos, quero anunciar a presença do Líder do Governo, Vereador Aurélio Nomura, a quem agradeço pela presença.

A palavra está aberta aos Vereadores que quiserem fazer algum questionamento.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES - Presidente, eu fiz a introdução. Eu queria pontuar que vou falar pouco, para deixar os outros Vereadores mais atentos; mas tem um item que eu queria que o Secretário e sua equipe pudessem comentar.

O art. 8º na LDO do ano passado já tinha incluído o demonstrativo a respeito da dívida ativa, contendo o memorial de cálculo da receita de 2017, com valores por tributos e outros tipos de dívidas. Foi suprimido dessa proposta da LDO. Se puder dar uma justificativa para a supressão, se a gente realmente mantiver essa supressão do inc. 6º do art, 8º, que fala

da dívida ativa.

Outra questão, Secretário, é de que foram incluídos vários artigos com relação à abertura de crédito suplementar. No art. 21 foi incluído o artigo que trata da autorização para a abertura de créditos suplementares, assim como o remanejamento das (Ininteligível) orçamentárias. Também no art. 22 foi incluído... tem até um de autorização para a abertura de crédito suplementar para a Câmara Municipal e Tribunal de Contas. E também, no art. 23, foi incluído - novo, né, depois foi reordenado, mas nessa atual ficou o 23... Como eu disse, esses três últimos que eu acabei de ler são inovações com relação à LDO de 2016, e o art. 23 é para tratar de autorização para abertura de crédito suplementar para entidades da Administração Indireta. Isso eu acho que é o que mais me preocupa na LDO: as autorizações para a abertura de crédito suplementar. Então se tem necessidade de se manter isso. E se o Governo pretende fazer abertura de... com relação a essas questões. Acho que poderia tentar deixar mais amarrado.

Por enquanto, seriam essas observações, para que o senhor possa nos auxiliar com suas respostas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretário, vamos lá, então.

O SR. CAIO MEGALE - Vamos começar um primeiro bloco de comentários. Vou responder alguns dos pontos, e depois o Ahmed e o Luís Felipe vão complementando.

Primeiro com relação ao superávit primário.

Esses recursos vindos do exercício anterior, fora os recursos do Tesouro, a maior parte deles é de recursos de fontes vinculadas, como você mencionou, operações urbanas. E aí temos um problema porque operações urbanas é uma receita primária de um exercício que vai ser executado no exercício seguinte. Então, se fizermos todas as operações urbanas neste ano, por exemplo, nós vamos gerar um baita déficit primário, porque vai ter despesa primária das operações urbanas sem a contrapartida de receita no período. Então, como nós vamos executar um pedaço, isso gera uma queda contábil do superávit primário por conta dessa

diferença. Então fundamentalmente a mudança da meta é para acomodar o gasto de receitas que aconteceu em períodos anteriores. Temos um superávit maior no ano passado, ou no momento em que ingressou esse recurso e não foi gasto, e tem um superávit menor no momento em que ele é executado.

Com relação às receitas de privatização: nós não colocamos, em parte por conservadorismo, mas, mais importante, porque o fundo ainda não está aprovado pela Câmara, o plano não está aprovado pela Câmara, o cronograma não está aprovado, então não temos uma visibilidade clara, pelo menos por ora, de qual será esse cronograma.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CAIO MEGALE - Expectativa, tem. De novo, por conservadorismo. Por não ter o plano aprovado aqui, não ter o cronograma claro, optamos por não colocarmos na LDO para 2018.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Mas para nós aprovarmos nós precisamos. Os Vereadores aqui vão querer saber a expectativa. Exatamente para que possamos debater e aprovar na Casa, o Governo não tem uma perspectiva de valores com os 55 itens que apresentou para a sociedade, para a Cidade?

O SR. CAIO MEGALE - Tem uma expectativa de valores.

P - Vocês acharam que não era pertinente botar na LDO, mas vêm para a Lei Orçamentária esses valores, é isso?

R - Na medida em que tenhamos mais clareza desse cronograma, ele vai ser incluído.

P - Não sei se o Relator vai concordar com isso, não é, Vereador Ricardo Nunes?

Alguma coisa nesse sentido?

A SRA. SONINHA FRANCINE - E discussões anteriores sobre projeto de diretrizes e projeto de lei orçamentária, várias vezes o Governo mandava uma previsão pelo Executivo, e a reação dos Vereadores era: "Pô, a gente nem aprovou o programa ainda, e vocês já têm uma

estimativa de receita; é um desrespeito com a Casa. A gente só pode estimar uma receita daquilo que já existe, que já foi efetivamente aprovado”. Então essa é uma discussão em círculo. Se tem a previsão, vamos dizer que... mas o programa não existe, e como é que já tem uma previsão consignada em projeto de lei? Então esse é um ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Como é que vai saber quanto vai custar o Anhembi, o Autódromo, o que já ofertaram ao Prefeito?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Mas não é, você mexe num instrumento extraordinário da cidade de São Paulo, um equipamento, você tem que dizer: “Olha, isso vai gerar tanto para o Município”. Bom, vamos lá.

O SR. CAIO MEGALE - Isso estará nas discussões no plano de privatizações e desestatizações.

P - No orçamento estimado, 1,2 bi com alienação de bens para 2018, é isso?

R - Isso.

P - Não tem nada a ver?

R - Não.

P - Tem a ver? Então vai vir muito dinheiro, hein?

R - Assim esperamos.

P - Sem os valores de privatização?

R - Assim esperamos. É, porque são...

P - Só uma curiosidade. Eu não sei quanto custa o Autódromo, Vereador Ricardo Nunes. V.Exa...

O SR. RICARDO NUNES - Dois bi, se não fizer...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Já dois lá?

O SR. RICARDO NUNES - Dois bilhões, se não fizer a operação urbana. Se fizer a operação urbana...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ah, Jurubatuba? Nós precisamos aprovar? Nós não aprovamos na Casa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - A Jurubatuba não veio? E entraria dentro disso ou é uma matéria separada?

O SR. RICARDO NUNES - Aí é uma discussão política. Mas o importante, Vereador Jair Tatto, é que se conseguir um preço no Autódromo, a gente vai poder ter a ponte Jurubatuba duplicada, vai ter um monte de UBS, vamos fazer a reforma dos parques, vamos pavimentar as ruas, que são de terra. Vamos fazer um monte de coisa lá, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É?

O SR. RICARDO NUNES - Seria até bom o senhor ajudou a separar as demandas da região, que o senhor conhece bem lá.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tá bom. Secretário, o senhor pode continuar.

O SR. CAIO MEGALE - Tem outras alienações, como as operações urbanas e a própria securitização do PPI, que está no orçamento do ano passado, e provavelmente não vai ser feito esse ano, e será feito o ano que vem, e que tem que entrar nesse valor aí também.

P - Nós temos a capacidade de investimento para 2017. Vocês trabalham com uma possibilidade de menos de três bilhões? Em 2016 eram 6 bilhões e 700; em 2015, 7 bilhões; em 2014, quase 6 bilhões, 750. É isso?

- Manifestação fora do microfone.

P - É a capacidade de investimento.

- Manifestação fora do microfone.

P - Pois é. Caiu para três, para metade. Pode ser também que, como as metas caíram, cai também o valor de investimento. É isso? De 133 cai para 50?

R - Não, isso é mais efeito da...

P - Nós estamos com dificuldade de entendimento, e olha que eu não sou nenhum

expert nisso aqui.

- Manifestação fora do microfone.

P - Verdade; está aqui.

R - A execução de investimento do ano passado já foi bastante baixa, e a desse ano ainda é mais comprometido pela profunda recessão econômica por que o país passa. Então à medida que as receitas forem sendo recompostas, a capacidade de investimento da Fonte 00 vai voltando a crescer.

P - Mas pela metade é uma diminuição drástica, hein.

R - São quatro anos de recessão.

P - Isso aqui está pior do que a popularidade do Michel Temer.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Presidente, para que as pessoas entendam o que significa investimento: o que é previsto para investimento é aquilo que sobra depois de todas as despesas foram pagas. Quer dizer, ainda que seja desejo da Prefeitura investir mais, você tem o custeio, tem a folha de pagamento, então não adianta a Prefeitura formular um desejo - "vamos investir sete bilhões" - com uma receita que não se... Todo prefeito quer investir. Investir é ótimo, é ampliar serviços, é ampliar qualidade dos serviços, mas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentárias não são só expressão de um desejo, mas de uma verdadeira possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito bem. Secretário com a palavra.

O SR. CAIO MEGALE - Com relação às medidas para a previdência, que foi um outro ponto apontado, há uma discussão sobre reforma da previdência em âmbito nacional, há um projeto na Câmara, enviado pelo Governo anterior, sobre previdência complementar. Mas o fato é que medidas de previdência normalmente, usualmente, afetam a tendência da previdência ao longo do tempo. Há muito pouco a ser feito com relação aos efeitos da previdência no curto prazo - 2017, 2018. O aporte do Tesouro na previdência cresceu acentuadamente nos últimos anos. O ano passado foi 3 e 700 o aporte do Tesouro.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Presidente, eu gostaria também de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Concluindo.

O SR. CAIO MEGALE - Então no curtíssimo prazo, a tendência da previdência, a menos que seja detectado algum problema que vá além da regularidade, que nós estamos também estudando sobre isso, mas a questão da previdência é praticamente um dado do problema.

Com relação à dívida e precatório: de fato, a dívida mobiliária do Município deixou de ser um risco mais premente nos últimos dois anos, com o perdão de dívida que houve no ano passado. Em compensação, temos um risco bastante acentuado, que é a questão dos precatórios. A emenda constitucional aprovada no final do ano passado nos demanda pagar o estoque de precatórios até 2020, e nós temos um estoque de precatórios de perto de 18 bilhões de reais, que cresce ao longo do tempo, porque tem mais precatórios que vão entrando. Hoje nós já pagamos de precatórios um volume relativamente importante da receita corrente líquida, comparado com outros municípios. Mas, ainda assim, se tivermos que cumprir essa exigência legal, esse percentual vai ter que subir bastante, e isso pode afetar a execução do primário, assim como das operações urbanas. Quer dizer, quando você paga um precatório, é uma despesa primária sem a receita, então, se eu tiver de pagar isso, vai afetar, a forma como tivemos de pagar vai afetar a evolução dos resultados primários. Dois pontos do Vereador Ricardo Nunes. Quais eram exatamente?

O SR. RICARDO NUNES - Com a relação da LDO do ano passado e desse ano que vocês enviaram tiveram algumas inclusões de temas. Um trata-se da supressão dos incisos que falam da dívida ativa, no artigo atual oitavo, e as inclusões com relações as autorizações de abertura de crédito.

O SR. CAIO MEGALE - Com relação a essas alterações que a gente colocou da lei orçamentária foi uma recomendação do próprio Tribunal de Contas a inclusão, um detalhamento maior das possibilidades de abertura de crédito adicional, que não

necessariamente serão abertos ou executadas. Então, para deixar mais clara, mais transparente que existe essa possibilidade, que nós não enxergamos como uma real possibilidade de abertura, é temerária a abertura de crédito adicional, nós incluímos esse texto para deixar mais claro. Isso vai ao encontro da própria Constituição. A gente quis deixar um pouco mais transparente, na lei orçamentária anual caso haja essa previsão, ela estará presente. Outro ponto mencionado pelo senhor foi a questão do orçamento impositivo. Já há uma discussão nesta Casa com vistas a emenda constitucional 86. Tenho participado, inclusive, acompanhado as discussões aqui na Câmara. Tão logo ela seja aprovada, emendada, a nossa Lei Orgânica do Município, com certeza ela está presente na própria lei orçamentária. A questão principal era a definição dos percentuais, o que poderia ou não ser coberto com esse orçamento impositivo. A gente tem mantido essa aproximação, deixando o texto mais próximo da realidade que temos encontrado. Então essa inclusão aqui tem esse fundamento, essa motivação. Não necessariamente de execução obrigatória como é de sua preocupação. Mas, fizemos questão de deixar claro no texto por própria recomendação do Tribunal de Contas.

O SR. RICARDO NUNES - Você só poderia comentar o porquê da retirada do inciso 7 do artigo 8º, com relação à dívida ativa?

O SR. _____ - Com relação à discriminação da dívida ativa por tranches (?) e enfim a segmentação dela. A informação, no ano passado, foi de que haveria uma dificuldade operacional de levantamento dessas informações no prazo necessário para lei orçamentária, mas entendo que mediante a uma nova provocação a gente pode reavaliar a questão e eventualmente até de maneira a colaborar com as trabalhos da comissão, nós sabemos que essa informação já foi levantada para ser prestada para CPI e a gente pode eventualmente incluir informações atualizadas no envio da lei orçamentária. Isso precisa ser verificado junto aos órgãos que fazem a gestão da dívida ativa no município, mas a princípio, pode ser reavaliado.

O SR. RICARDO NUNES - Então, não tem objeção do Executivo com relação à reinclusão da questão do detalhamento da dívida ativa. Isso aqui na verdade é uma provocação porque a gente faz a Prodam, depende da Prodam. Então, se você não põe na exigência da lei, a Prodam fica ali, como já é de costume dela, muito parada. Se você obriga ela a agir, acho que ajuda. Só para falar da sua resposta foi uma sugestão do Tribunal de Contas falar com relação à questão da abertura de crédito suplementares. Isso aqui, se eu retirar, vocês atenderam a sugestão do Tribunal e, se eu retira, para vocês não há problema nenhum. Fico livre para eu, como Câmara Municipal, retirar.

O SR. _____ - Nos foi dito que é um ponto importante de transparência que deveria estar contido na LDO e nós aceitamos a sugestão porque em nada traria de execução obrigatória, apenas um esclarecimento adicional. Se houver essa possibilidade pelo menos já tem previsão legal dentro do texto. Então, foi um incremento a LDO passar. Na verdade a gente quis dar mais transparência a ferramentas, a artifícios, a prerrogativas que poderiam ser utilizadas, não necessariamente que serão utilizadas.

O SR. _____ - De novo, de acordo com a recomendação do Tribunal.

O SR. RICARDO NUNES - É que quanto menos autorização para (palavras ininteligíveis) é melhor no Secretário. Mas, está ok. Conforme as coisas forem caminhando, Presidente, a gente vai tirando mais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Pelo que o Secretário vem falando acho que nós vamos ampliar bastante a atuação política com melhorias e com a Cidade Limpa. Principalmente na zona sul, o Vereador Isac Felix me lembrou, acho que a gente vai ocupar a tatolândia. Acho que a tatolândia vai ter grandes empreendimentos aqui do nosso governo. É claro, com o apoio do Jair, do chefe, do Tatto, mas eu gostaria...mesmo porque estamos trabalhando nessa questão de Jurubatuba, que sem dúvida nenhuma, irá ver recursos e

investimentos para a região. Espero contar com a colaboração do Vereador Jair Tatto, com do Arselino Tatto para que a gente possa avançar nessas questões.

Mas uma questão que me chama bastante a atenção nesses quatro anos que acompanhamos a gestão anterior, nós queríamos nos ater a essa questão da transferência de convênios com a União. Se a gente for ver no ano 2013 existia, com relação a transferência de convênios com a União, nesse período existia uma sinalização de 7,25 bilhões dos quais 98,9 não foram realizados. Eu gostaria de perguntar para o nosso Secretário qual a perspectiva com relação a essa questão de transferências de convênios da União?

O SR. CAIO MEGALE - Obrigado, Vereador Nomura. Nós colocamos como uma proposta uma redução marginal da expectativa de convênios. Na verdade, se olharmos a lei orçamentária dos últimos anos essa expectativa vem caindo. E a expectativa no orçamento vem caindo, mas a execução vem caindo ainda mais rápido. Na verdade a execução é praticamente nula. Então, adotamos duas hipótese aqui.

Primeiro, reduzimos um pouco a expectativa de convênios, mas, ao mesmo tempo, esses convênios se reduziram fortemente porque a economia entrou em recessão. Quer dizer estamos...em quatro anos o PIB foi zero em 14; menos 3,5 em 15; menos 3,6 em 16 e esse ano deve estar perto de zero a zero. Então, acho que essa queda forte do PIB é que fez com que a União não tivesse recursos para passar. Na medida que nós esperamos uma certa retomada, provavelmente, vai haver novos espaços para que a União volte a fazer alguns repasses para os estados e municípios.

Como receitas de capital, nós colocamos em torno de 3,5 bilhões, perto de 4,5 do ano passado então fizemos uma redução aqui na expectativa. Está aqui nas tabelas da LDO. Não é condizendo com o fluxo que vem vindo, que é inferior a um bilhão, mas a expectativa é que conforme a economia volte, o governo volte a ter capacidade para fazer repasses.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vamos ouvir os munícipes. Tem a palavra a Sra. Sueli Farah. Servidora admitida aposentada.

A SRA. SUELI FARAH - Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade, mais uma vez, de podermos estar apresentando a nossa questão. Nós já fomos muito ajudados pela Câmara no ano passado, na elaboração da LDO, quando a nossa questão do servidor admitido, que teve agora no dia 17 uma audiência pública com a participação do Armet (?) enfim, só quero me reportar àquele momento, no ano passado, quando construímos juntos com os Vereadores que tiveram a atenção de nos ouvir, de compreender a nossa questão, o Vereador Ricardo Nunes, em especial, como relator da LDO e incluiu a gente como meta e prioridade na LDO do ano passado, com o programa de recuperação salarial. E o Prefeito vetou esse parágrafo único ao artigo que tratava de metas e prioridades e incluía o que para nós era decisivo porque nós somos uma categoria envelhecida e estamos infelizmente morrendo a média de um por dia porque inclusive um estudo de impacto financeiro que era no ano passado em junho na ordem de 0,2% de impacto sobre a folha corrida da Prefeitura. Hoje tem de ser recalculado. Porque dia a dia estamos morrendo, já morreremos mais de 200 em menos de nove meses. Então, hoje, bom dia Vereador Nomura, a quem nós devemos muito pelo respeito, pela atenção ao Vereador Jair Tatto, que inclusive fez na administração passada uma audiência pública para nós.

Estou aqui para dizer o seguinte: qual a intenção desse governo em relação a nossa questão? Nós podemos contar novamente com a inclusão de um programa de reparação salarial para a gente na LDO? Podemos contar com um representante da Secretária da Fazenda que, como encaminhamento da nossa audiência pública, do último dia 17 nós vamos constituir aqui na Casa um grupo de trabalho, não é Armed, você estava presente, se lembra disso. Esse escritório dos dois gabinetes do Vereador que presidiu a nossa Mesa, Vereador Mario Covas Neto e o Vereador Toninho Vespoli, que tem nos acompanhado desde o ano passado na nossa questão, os dois pediram um representante da Secretaria da Fazenda e um representante da Secretaria de Gestão para compormos aqui na Casa um grupo de trabalho para estudarmos uma solução para a gente que seja rápida, urgente, antes de a gente morrer

porque depois que o último morrer não precisa mais né. Somos uma categoria envelhecida. É urgente, verdade. Ano passado eu já dizia isso. Por favor, queremos ver em vida uma solução para isso.

Então, o que eu estou pedindo aqui hoje é uma resposta. Se existe essa intenção de nós recolocarmos o que o Prefeito vetou na administração passada, na LDO para 2018 um programa de reparação salarial para nós. Precisa corrigir a palavra, não pode ser recuperação, porque na nossa última audiência do ano passado com a presença do Secretário de Gestão, Sr. Valter Correa, ele se apegou a essa palavra, e eu sou professora de português. E nesse sentido, sou obrigada a concordar com ele, que não podia fazer nada por nós, porque a gente não tinha perda, então, não tinha recuperação de nada. É só substituir a palavra “um programa de reparação salarial”, porque a nossa questão é uma questão de reparação histórica da dívida, que a municipalidade tem para com esses sete mil servidores admitidos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Sueli. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA - Obrigado, Vereador Jair Tatto, Presidente desta comissão, saúdo o Vereador Ricardo Nunes, relator da LDO 2018, Vereadores Reginaldo Tripoli, Soninha Francine, Isac Feliz, Aurélio Nomura; e também o Secretário de Fazenda, Caio Megale e sua equipe; a população presente, em menor número mas de forma qualificada para discutir a peça orçamentária, essa prévia para o ano que vem. E diante disso, é importante levantar algumas prioritária questões como o conselho do orçamento faz já há mais de 15 anos.

A primeira questão é a seguinte: na publicação desse projeto de lei no dia 14 de abril, na página 128, foram publicadas não de 2018, mas de 2017. Ou seja, as diretrizes de 2017. Houve algum erro nessa publicação? Estou vendo um relatório aqui com as diretrizes corretas. Isso será publicado? Quando será? Já foi publicado?

Isso é complicado as diretrizes 2017, em 2018 outro governo tem outras demandas

já colocadas no programa de metas. Há uma contradição entre as duas coisas aqui apresentadas. Como por exemplo, a questão dos terminais de ônibus. No programa de metas não explicita quais os terminais de ônibus que serão feitas pela gestão. Será que finalmente vamos saber em que locais, sendo que existem, pelo menos os programas da SP Trans 10 terminais, terminais aguardando há 10 anos, então, a gente gostaria de saber um esclarecimento sobre isso. Também na questão da cultura, é importante que as diretrizes sejam mais claras. Eu li esse relatório que em 2018 não está considerando a Virada Cultural. Não vai existir a Virada Cultural, em 2018? Consta Virada Esportiva nesse relatório, a Cultural não. Também não consta a questão da Conferência de Cultura. Qual a previsão para a Conferência da Cultura? Qual a previsão para o Conselho Municipal de Cultura? Esse conselho é fantasma? Ele existe? Ele não existe? Aliás, os outros conselhos municipais, a gente não está encontrando na LDO. O conselho é uma atribuição legal, ou seja, é uma forma da população participar dos temas, da questão dos segmentos. Se a gente não vê nem no programa de metas do Prefeito João Doria Jr., a questão dos conselhos municipais, ou seja, será que esses conselhos vão perder a força? As conferências vão acabar? Então, tudo isso é importante verificar.

E também a questão da própria verba da Cultura. A gente vê já na execução do Governo Doria Jr., até o Vereador Nunes comentou sobre isso hoje, de que há uma verba enorme para o subsídio dos transportes, para as empresas, Vereador Nomura, que prestam um péssimo serviço, as empresas de transportes na cidade de São Paulo: ônibus demorados, ônibus lotados. E para cultura uma verba mínima, ou seja, a execução foi praticamente quase nada nesses quatro meses. A gente tem uma verba aqui para a programação do Clube do Choro de São Paulo de 500 mil reais, e o Clube do Choro foi desalojado do Teatro Artur Azevedo, no bairro da Mooca. E há uma dotação aqui para a execução desse programa. Ou seja, a área da cultura eu recomendo que seja uma das audiências temáticas porque a cultura está realmente pedindo socorro. Na última audiência, a situação da cultura na gestão Doria é

lamentável.

Por fim, gostaria de também saber da questão da participação. Como vão ficar os conselhos participativos e a deliberação. Não adianta fazer como foi feito já erroneamente pela gestão Doria audiências no mesmo dia, ou seja, uma verdadeira bagunça com a participação pequena da sociedade. É preciso fazer audiências mais detalhadas e por distritos e zonas censitárias. É isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) -Obrigado. Teremos sim, Fábio, dia 17, se não me engano o tema cultura, saúde e assistência social, teremos duas temáticas e duas gerais. (Pausa) Corrigindo, cultura, educação e assistência social.

Próxima inscrita Nina Duarte, conselho participativo Consolação, regional Sé. E depois Dora Lima, da rede OBS São Paulo.

A SRA. NINA DUARTE - Bom dia a todos, fiquei feliz que o senhor voltou, Dr. Jair. Pensei que não poderia falar com o senhor. No ano passado, eu atuei no CPOP, Conselho Orçamentário da Cidade. É importante, mas não sou contadora, não sou economista, como pode? Então, eu não concordo que a sociedade que não tenha critérios para direcionar um orçamento da Cidade. Eu não concordo com esses conselhos. Eu gostaria que acabassem com os conselhos sim, a menos que haja critérios.

Atuei como terceira suplente, mas a nossa querida Dora Lima, economista, contadora, experiência de 30 anos na Câmara, me deu a oportunidade de participar com ela, até como titular. Foi importante, mas não estava preparada para aquilo. Então, acho que deveríamos pensar melhor nessa parte e a respeito do Amigos da Cidade há necessidade sim, com critérios, há necessidade sim, por que não? Sou 100% custo zero, voluntária, missionária. Dinheiro não é tudo nessa vida. As produtoras musicais, e eu sou, querem a minha cabeça porque acham que vou tirar o emprego de muita gente por ser voluntária. Então, o Amigos da Cidade é importante sim. Muito obrigada, bom dia.

Só um minuto, Soninha, por gentileza, nós precisamos de você agora, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado. Dora Lima, rede OBS São Paulo. Em seguida, Jefferson Ferreira da Silva.

A SRA. DORA LIMA - Bom dia a todos, parabéns, cumprimento a Mesa e que pena que o plenário está vazio. Gostaria de chamar a atenção, convidar os vereadores porque me senti um pouco desconfortável, aqui é uma audiência muito séria e cada vereador nos custa bem caro para estarmos representando.

Solicito que fiscalize, com certeza, o Executivo, porque tivemos um plano de metas, uma falta de transparência no plano de metas, uma loucura. Sou uma pessoa que participar, eu verifico, acompanho. Eu gostaria e desejo neste momento convidar os 55 vereadores que executem o seu papel de fiscalizar o Executivo, porque ele não está cumprindo o seu papel de Executivo. Aliás, como conselheira e representante da rede OBS, no Estado de São Paulo, eu me sinto muito desconfortável com a transparência, visto que está nesse projeto das diretrizes orçamentárias o CPOP. O CPOP não foi convidado até agora, estamos em maio, nenhuma reunião desse conselho aconteceu até agora.

Então, ao meu ver isso é uma falácia, isso não é uma verdade, a transparência para a população do processo participativo que está no projeto de lei. Então, eu desejo que sejam tomadas as providências, que não sejam colocadas mentiras, que o Doria fale mentiras e a gente não aceite como verdade. O Legislativo está aqui para executar esse papel. No plano de metas foi colocada uma agenda de audiência, foi tirado em duas ou três horas, depois foi recolocada no dia seguinte e a população ficou totalmente perdida. Aconteceram as 32 audiências em um único dia, isso não é transparência, isso não é um trabalho sério.

Por último, a Soninha está de volta, todos conhecem a Agenda 2030, é uma agenda da ONU, onde o Brasil é signatário, com 17 objetivos e 169 metas. Se falamos de cidade limpa, de cidade transparente, eu desejo colocar nessas diretrizes orçamentárias agenda 2030. Já tem um decreto para formar essa comissão parada no gabinete do Prefeito. Por isso, eu gostaria que fossem tomadas as providências, que verificassem esse decreto. E

sugiro que isso entre no orçamento, porque os objetivos do milênio não tinha orçamento e a gente não vai ter uma cidade equilibrada e organizada, limpa e sustentável, igual para todos sem orçamento. Então, a agenda 2030 reforço que entre na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Convido para a Mesa o Vereador Líder do PT, Vereador Donato. (Pausa) O Vereador declina, obrigado pela presença nessa audiência pública.

Jefferson Ferreira da Silva, arquiteto, cidadão participativo. O próximo inscrito é o Brasil Laerte. O Jefferson está? (Pausa) Não está. O próximo é o Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL - Confederação sustentabilidade do trabalho e empreendedorismo das cidades do Estado de São Paulo, Co-São Paulo trabalho e empreendedorismo.

Eu estado presente na assembleia constituinte de 88, na audiência pública, e apresentei uma tese em que criava um capítulo na constituição federal, criava o controle social e os planos de metas dos governantes federais, estaduais e municipais. Apresentava 100, 200 metas que não seriam cumpridas mesmo. O Kassab apresentou quase 120 metas, não cumpriu nem 10 metas e deixou incompletas.

Eu vi o plano de metas do Prefeito Doria e devido o sucateamento dos cofres públicos tanto do governo do Estado, ao longo dos anos vem navegando em águas turvas, limpando os bolsos da sociedade paulista, a meta criminosa com a máquina que montou no Estado é roubar 100 bilhões até o final do mandato. E a falta desse dinheiro impactou negativamente na cidade de São Paulo, que hoje já são 1,290 mil pais de famílias desempregados na Cidade. Isso é um absurdo,” uma metrópole cosmopolita, uma das cidades mais ricas da América Latina, que o PIB atingiu quase 575 bilhões em 2015, e esse pai de família hoje vai dormir preocupado com o dia seguinte como vai colocar café e pão com manteiga na mesa da família”.

Não vejo nenhuma meta de peso de geração de emprego e renda na Cidade. O esporte é um fator de sustentabilidade na Cidade, ele gera 36,6% do PIB; em segundo vem o turismo com 18,9% e em terceiro a cultura. Gerou riqueza para a cidade de São Paulo e emprego em todos os gráficos. Eu não vi nenhuma meta de peso nesses fatores de recuperação do emprego na Cidade. É isso que vim perguntar ao Secretário. E outra, a Amigos da Cidade, todos os munícipes, toda a sociedade paulistana é amigo da cidade. Acho que quem vai trabalhar voluntariamente, acho que não deveria estar na LDO. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O próximo inscrito é o Rafael da Silva Carvalho, assessor do Vereador Claudio Fonseca. Depois é o rapper Pirata.

O SR. RAFAEL DA SILVA CARVALHO - Bom dia a todos. Estou representando o Vereador Claudio Fonseca. Ele tem como uma das diretrizes a defesa da educação gratuita, pública e de qualidade. Uma primeira análise que fizemos da LDO, ficamos bem contentes com algumas coisas que foram colocadas, mas preocupados com outras. Uma, por exemplo, foi adicionada no artigo 5º, que não tinha na LDO do ano passado, que é o inciso XII, valorização salarial das carreiras dos servidores públicos. Achamos muito positivos e esperamos que se reproduza em números que vá muito além de algumas carreiras que vai do 0,01%. Esperamos que isso saia do papel, assim como o inciso VIII, a implantação de parques dentro da defesa do meio ambiente.

O artigo 35 também está dando transparência para as emendas parlamentares, onde se tem diversas publicações sobre o autor, onde foi feito, ele espera que isso continue. Por outro lado, o que nos preocupa é em relação ao anexo, quando fala da implantação de dez creches de educação infantil e 30 mil vagas conveniadas. Quando se fala de 30 mil vagas conveniadas, está fala do atendimento de zero a três anos. Porém, com a demanda de quatro a cinco anos, ela precisa de implantação de EMEIs, para esse atendimento. Isso não está previsto. Então, é necessário incluir a construção de EMEIs na LDO para que isso realmente esteja atendido na demanda, porque quatro, cinco anos você não vai conseguir atender por

convênio, não pode. Então, é necessária a inclusão disso.

E outra, a última sugestão e tem a ver com o discurso de gestão do Prefeito, que é o planejamento da manutenção dos prédios escolares, isso também não está incluso. A gente tem o PL 390/2010, que foi aprovado agora, estamos aguardando a sanção, ele propõe um levantamento das condições dos prédios escolares justamente para se ter um planejamento dessa manutenção. E não temos nada disso na LDO. Então, a gente acredita que esses dois pontos: a construção de EMElS e a recuperação dos prédios escolares são pontos que precisam ser adicionados.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O Rapper Poeta do Fórum Hip Hop, MSP.

O SR. RAPPER POETA - Bom dia a todos os Vereadores e, também, ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O que é MSP?

O SR. RAPPER POETA - Município de São Paulo. Para as pessoas não pensarem que o Fórum do mundo, porque a gente não quer ser dono do mundo. A gente discute o Município e respeita os outros Municípios. É uma ideia política. É por isso que é MSP. É por respeito. Daí aparecem outras pessoas dizendo que são o Fórum para vocês, mas eu não sei qual é a delas.

Acho que é um grande momento para aproveitarmos, porque também tem os outros da Fazenda, e já tivemos um diálogo. Nós precisamos tirar uma centralidade da área da cultura, e vocês precisam refletir melhor na LDO, para tirar a centralidade e, também, o orçamento da cultura precisa ser mais substancial, evitando-se os congelamentos.

Outra coisa: respeitar as leis do Município porque boa parte das políticas públicas de cultura são leis; quando o Executivo não cumpre isso, temos um Executivo ilegal, certo?

A gente vem briga aqui, fala e fala, discute bastante, só que parece que não tem essa leitura da parte do Poder Executivo nem do pessoal que vai fazer as contas, vem um discurso que aumentou ou diminuiu, mas temos previsão de 48 bilhões de reais.

Tem várias coisas que temos que discutir.

Para os Vereadores, acho que precisam ouvir mais a cultura e respeitarem os prédios públicos, porque tem as parcerias de autarquias que foram criadas, e também são importantes, mas não tem um teatro municipal na Cidade, têm vários teatros, que não são citados.

As casas de hip hop é óbvio de que vou falar sempre, porque é um equipamento que é uma luta e precisa ser valorizado. Não é um espaço que fica vazio para se fazer hip hop. Não é isso que nós estamos discutindo. Estamos discutindo uma política com mais qualidade.

A lei de fomento à periferia é uma lei e precisa ser cumprida na íntegra.

Uma coisa que todo mundo diz, o discurso do Governo Federal e do Município, é como se o Município não tivesse renda, mas tem uma renda substancial na cidade de São Paulo e importante. Isso precisa ser respeitado.

A gente tem que entender que é a maior luta: a cultura gera trabalho!

Todo mundo fala “não tem trabalho e não sei o que”. A área da cultura é um avanço para o trabalho: as fábricas diminuíram, a área do serviço diminuiu, mas a cultura está gerando trabalho. Também tem que colocar nas diretrizes para a gente dialogar melhor sobre essas parcerias com as OS. Porque também não vai adiantar as casas de cultura serem apropriadas por algumas OS como aconteceu no Estado, porque elas não dialogam com a gente.

Às vezes, elas vêm fazer um diálogo de cima para baixo. A gente precisa de diálogos horizontais, porque eu morar nos Jardins, respeitando quem mora lá, nunca vou compreender qual é a cultura de Parelheiros.“ Daí eu vou com uma coisa estética que não dialoga com a região”.

Outra diretriz que eu queria falar: de a Câmara Municipal usar todo o seu espaço de comunicação para divulgar isso daqui.

O horário já não permite a participação popular - sabemos disso -, mas a gente precisa aumentar a divulgação, porque nós temos que sair disso de culpar o povo a toda hora,

o povo é o coletivo, nós participamos disso, e vocês também são povo, certo?

E vamos ver no que vai dar.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Não há mais inscritos.

Vereador Donato quer se pronunciar? (Pausa)

Então, vamos lá.

Foi convidado a estar na Mesa, o que muito nos honra, mas ele prefere, humildemente, falar como um Munícipe inscrito, como se fosse qualquer pessoa, não é, Vereadora Soninha?

Tem a palavra o Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO - Muito obrigado, Presidente Jair Tatto.

Quero cumprimentar a todos e ao Sr. Secretário.

Vim aqui mais para dar um recado: a gente estabeleceu uma Comissão de Estudos sobre a aplicação dos recursos da cultura, principalmente, aqueles voltados a grupos que atuam ou têm origem na periferia. E nós vamos apresentar algumas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, com diretrizes, naturalmente. Então, estamos estudando isso e, na quinta-feira, teremos mais uma reunião. E eu queria deixar essa contribuição.

Ainda não é possível apresentar tudo, e a gente vai ter uma reunião na quinta-feira, mas foi importante a gente marcar presença aqui e colocar para a Comissão que queremos contribuir nesse debate.

Então, na próxima audiência pública, com certeza, teremos emendas concretas e redigidas, para serem apreciadas pelo conjunto dos Vereadores da Comissão e, depois, submetidas ao debate com o Governo também.

Era só isso o que eu tinha para falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

Vereador Ricardo Nunes, sobre o calendário, nós temos a última matéria votada no recesso é a LDO, *okay*? E as emendas são apresentadas da primeira para a segunda votação em plenário, é isso?

Então, dentro do calendário, nós encerramos as audiências públicas daqui a três quartas-feiras; temos que votar em primeira aqui, no fim de maio e começo de junho, plenário em primeira; e duas sessões para apresentarmos as emendas.

A palavra está aberta aos Vereadores.

Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Alguns comentários que se reportam ao que foi dito aqui e outros sobre assuntos que não chegaram a ser mencionados.

Primeiro, é um desafio para qualquer governo e em toda legislatura como é que se faz para conciliar as dezenas de planos que já vigoram. Então, só na Assistência Social, a gente tem o plano decenal da Assistência Social, o plano referente a medidas socioeducativas, um plano de educação permanente, e os planos estaduais que nos incluem necessariamente, os planos municipais de habitação, de educação, alguns estabelecidos em lei, outros, em Decretos, como aconteceu no ano passado com o plano para a população de rua, especificamente, temos os vários resultados das audiências públicas temáticas, regionais, as demandas das Comissões de Políticas Públicas, dos Conselhos de Políticas Públicas, Conselho Municipal de Assistência Social, que também produz a sua pauta, a sua demanda para o orçamento da Assistência, tem as Agendas com as quais o país se compromete, as metas e planos internacionais de erradicação de trabalho infantil.

Como é que isso tudo se concilia e se transforma e fica consignado numa lei de diretrizes orçamentárias e, depois, numa lei orçamentária?

Porque do que adianta a gente fazer um Plano Municipal de Educação, por exemplo, dizendo que a meta daqui a 10 anos o número máximo de alunos numa sala de aula seja de 25 e isso não estar previsto no planejamento de todo ano, no plano de metas e nos

planos plurianuais. Então, alguém tem que se debruçar sobre esse assunto. Eu acho que é o âmbito do Legislativo fazer isso. A gente pegar tudo que é lei, tudo que é decreto, tudo que não é lei, nem decreto, mas surgiu de uma conferência municipal, por exemplo. A conferência municipal LGBT produziu um documento final que se espera que se transforme em um plano municipal, um compromisso com as políticas LGBT na forma de um decreto. Não sendo um decreto, continua sendo um compromisso de um governo. A gente discutiu muitas vezes isso quando eu estava na coordenação estadual de políticas para diversidade. O coordenador municipal dizia que não era decreto, mas era compromisso. Esse governo tem como meta implantar isso que foi extraído do documento final de uma conferência. Então, para que os planos sejam dignos dos nomes, eles precisam ser transformados, o plano muitas vezes é uma projeção de um desejo: olha daqui a dez anos a gente quer ter isso e isso. Isso não é um plano. Isso é um objetivo. Como é que isso vai se refletir no orçamento anual para que em dez anos a gente tenha alcançado aquele objetivo. Outro desafio é da participação popular quais são as melhores formas. Com certeza a audiência pública é uma das muitas formas que a gente tem de oferecer por todas as razões: porque o horário não permite que todos estejam presentes, porque muitas pessoas nem ficam sabendo, aliás, esse modelo de publicar anúncio em classificado de jornal já está mais do que superado. Custa caro e a que serve efetivamente?

A gente hoje com anúncio numa rede social, um anúncio pago no Facebook tudo bem, com todos os questionamentos que podem vir em relação a isso. mas sai muito mais barato e é muito mais visível e compartilhado e isso a gente discutia também em relação a publicação das audiências públicas para o chamamento de entidades para celebrar parcerias com a assistência social porque o anúncio dizendo olha o PL 259/2000 vai ser objeto de uma audiência pública na Câmara Municipal, serve para muito pouco. Isso serve também. A gente no governo não ficou muito satisfeito com o fato de todas as audiências temáticas acontecerem na mesma noite. Mas, considerando que uma audiência pública de fato contemple uma parcela

muito pequena da população e se aqui tivesse lotado também a gente não conseguiria ouvir muito mais do que a gente já ouviu, é muito importante deixar claro que a participação pela internet tem o mesmíssimo valor de alguém se inscreveu e falou ao microfone durante uma audiência pública. Isso precisa ser divulgado e repisado para as pessoas não pensarem que por que não estiveram na audiência pública, perderam a possibilidade ou a sua contribuição pelo mesmo valor de quem esteve ali presente no auditório.

Que a gente nunca pense que audiência pública é a única e a melhor forma. Nem de longe é a melhor forma. Consultas públicas tem um efeito muito mais positivo. Eu acho, mas claro que não se aplica a todos os casos. E outro desafio permanente é o do controle social. Porque os sites, o site da Prefeitura, o site da Câmara Municipal, tem tudo lá, difícil achar. Muitas vezes você tem muitas portas de entradas diferentes e no fim, se você usar a porta errada, você não chega onde quer e quando chega onde quer nem sempre é capaz de compreender.

Então, todos os instrumentos de transparência têm de ter também clareza. Você não pode ter que precisar de um mapa do tesouro para ir seguindo as pistas e chegar onde pretende. Nesse sentido, entre as muitas emendas vetadas na LDO, no ano passado, uma, em especial, me causa espanto porque eu não consigo imaginar porque ela teria sido vetada, que é a do artigo 41, que fala sobre a publicação das várias atas reunidas em um único ponto, para que seja possível verificar se a ata a que se aderiu realmente era a que tinha o melhor preço. E de novo me reportando à experiência recente na Assistência Social, ela tem um contrato de locação de ônibus para cumprir a obrigação dos serviços levarem crianças, idosos, população de rua a eventos culturais. Então, existem vários ônibus que são alugados para Assistência Social com esse fim.

A Assistência tinha aderido a uma ata da Educação a uma ata da Educação. o menor preço - assim, é uma tabela de locação de ônibus conforme a distância percorrida - era de 70km por dia. Esse era o preço básico da Educação. Um ônibus da Assistência Social que

pega as crianças no serviço, no CCA e leva para o museu não percorre. Os ônibus não percorre 70km todos os dias. Então não se justificava adesão a essa ata. Isso é difícil até para quem está Secretaria puxar todas as informações, e chegar a essa conclusão. Ler o processo de 600 páginas de cabo a rabo. Não vejo porque não consolidar ao máximo essas informações para permitir o controle, pelo próprio Executivo, pelos parlamentares e pela população de um modo geral. E concluindo, um ponto que não foi mencionado aqui, é a dos fundos que só existem para constar. Quer dizer, atribui sei lá, um valor simbólico, mil reais para dizer, para manter, para preservar a rubrica, e não dizer, não acabar com o fundo e no fim não serve para nada. a gente precisa prever para esses fundos que ainda não tem.... A definição de suas várias fontes de receita a gente precisa avançar nesse sentido. Então uma discussão antiga desde quando eu estava na faculdade de cinema era que o fundo de cultura fosse abastecido por uma parte das receitas dos - eu fiz cinema - cinemas, das grandes redes exibidoras que tivesse ali uma cota do ingresso vendido para depositar no fundo de cultura para que servisse de fomento a produção local. Era o que a gente discutia na época. Outro dia estávamos falando, sobre o Fundo de Turismo. Quando se fala dos grandes eventos, do investimento ou do gasto feito pela Prefeitura do Município de São Paulo, na Formula 1, numa Parada LGBT tudo, o que se aponta e com razão, é assim: olha mas o ISS resultante desses eventos, aumenta muito porque o movimento no Turismo, o movimento dos hotéis, nos restaurantes. Então assim, esse evento gera um gasto, mas tem o retorno. A gente não conseguiria amarrar esse retorno ao fundo municipal de turismo para promover as atividades turísticas. Isso teria de ser assim, no rigor, projeto de lei, de iniciativa do Executivo, eu imagino. Então a gente precisa ver esses fundos que existem, faz de conta que tem um fundo, para que realmente se estabeleçam fontes permanentes, regulares de recursos para eles. E por fim um comentário, um elogio a esse projeto, se ele já trás no projeto de lei, muitos artigos que foram resultados de emendas ao Projeto a LDO anterior. Então que não eram previstas pelo Executivo quando enviou o PL para a Câmara Municipal de São Paulo foram acrescentadas por meio de

emendas e hoje o projeto de lei, já vem com essas emendas incorporadas. Acredito que isso seja muito produtivo. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o nobre Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX - Sr. Presidente, apenas uma questão de uma proposta, que podemos fazer a ultima audiência pública e aí é devido o horário mas com uma publicidade maior, digo, nos conselhos participativos , nas comissões de quem participam dessa audiência também. na Casa, com mídia, alguma coisa nesse sentido para que possamos fazer a última audiência publica um dia aqui a noite nessa Casa. Faremos no 8º andar, até para ter um publico maior e ouvir pessoas de outros seguimentos. Então gostaria de ver com o nosso relator, nosso Presidente, se há possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Se assim o relator entender. Temos aqui fechado quatro datas. Todas as quartas-feiras, às 9:30 da manhã... Com a palavra o nobre Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES - A proposta do nobre Vereador Isac é fazer a última audiência pública às 19hs?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - As 19hs no 8º. Se tem dificuldade em usar o 8º andar por conta da comissão, é um problema de agendamento lá, para as quartas-feiras, As quartas-feiras a Casa costuma ter uma pauta mais intensa aqui. Não sei se o vereadores tem essa tranquilidade em poder estar na audiência publica. Depende a vontade do Governo.

O SR. RICARDO NUNES - Sr. Presidente, precisa ver a questão do horário. Se tem espaço.

Sr. Presidente fazer as últimas considerações antes da resposta do Secretário e de sua equipe, é super importante que, de todo o resultado a gente tenhamos o superávit primário. Isso é ponto e a grande dificuldade. A Cultura quer recursos, a Educação quer recursos, Habitação quer recursos. Tínhamos em um programa de metas do Governo passado a promessa de 55 mil unidades habitacionais. Só consigo fazer 8.200. Ou seja, fizemos uma

rubrica por iniciativa, inclusive do nobre Vereador Jair Tatto, apoiado pela comissão de ter uma rubrica de cultura nas 32 subprefeituras, e foi colocado um valor na Lei Orçamentária, mais foi executado só 7mil reais, se não me engano. Até falei com o Pirata, na época isso, ou seja, existe uma grande dificuldade com relação a você atender todas as demandas da Cidade de São Paulo e lembrando que o objetivo principal é ter o superávit, ou seja, arrecadou gastou, isso não pode gastar mais do que arrecada. Mas, diante de tudo isso, acho assim, o que vamos ter de grande inovação, e aí acredito que é o que a comissão deve mais se debruçar, até pelo o que o nobre Vereador Donato comentou agora de fazer um grupo de estudos da área da Cultura, essa questão toda, mas dar uma resposta para à sociedade, talvez a gente pudesse trabalhar um pouco mais detalhado com relação ao que vai ter de grande inovação, esse ano, que será a questão da desestatização. Precisaríamos colocar na LDO, precisamos nos debruçar, pediria ajuda da nossa equipe, muito competente, para poder fazer com que na LDO já tenhamos previsto o que vai vir na peça orçamentária com relação ao uso dos recursos do fundo municipal de desestatização. É um processo que ainda está em discussão em votação na Câmara Municipal de São Paulo, mas pelas votações que temos visto, já houve a compreensão da casa, da importância disso. Até por conta, pegar como exemplo, a questão Autódromo de Interlagos. Fui estudar um pouquinho assunto para poder fazer a minha convicção, uma vez que a maioria dos meus eleitores é da zona Sul. É um patrimônio da Cidade de São Paulo, mas é um patrimônio que está na zona Sul. dos meus 55 mil votos, tive 53 mil lá. então minha responsabilidade é maior ainda com esse assunto. Apenas dar um exemplo, no Autódromo de Interlagos é gasto, em cada corrida, só de estrutura, 50 milhões: montar arquibancada, banheiros, tenda. Aí quando acaba a corrida tira. Na última corrida foram 47 milhões. Não é investimento. É um custeio, um gasto ali só com aquela atividade. A última reforma custo 150 milhões, fora isso a FIA faz exigências de manutenção da pista. Arrumar aqueles pneus, guarde-reio, pintura, tal, isso custa cinco milhões por ano. fora essas questões envolvidas com a formula 1, você tem o que é o Autódromo do seu dia-a-dia das demais

atividades. Formula Truck, Kart, tal e tal. o Autódromo arrecada 8 milhões por ano e gasta oito milhões. com água, luz, com funcionário, então impacta a atividade normal.

Parece-me lógico - é um assunto que a gente vai debater - que, se a gente vender aquilo e arrecadar, pelo menos, dois bilhões, porque talvez fosse para vender por menos de dois bilhões, deixem lá, mas se forem arrecadar dois bilhões, a gente vai ter um recurso para poder investir, e a gente poderia, nobre Vereador Antonio Donato, de repente, discutir como a gente compõe o uso do dinheiro que vai vir.

Eu estou aqui só imaginando. Olha, 1% a gente vai ter de gastar na Cultura. Sei lá, 2%, 0,5%, não sei, mas a gente pode ter algo de concreto, para atender à demanda da sociedade real. É lógico que não (inaudível) sem custeio. O que vão fazer? Vão fazer casas de cultura, vão fazer espaço cultural? Não sei, mas é uma coisa para colocar para o debate. Eu acho importante a gente poder trabalhar bem as diretrizes do orçamento que chegará no final do ano, com relação ao uso dos recursos, como deve ser composto o orçamento para o uso dos recursos do Fundo Municipal de Desestatização. É uma ideia só, pelas falas que aqui foram colocadas, e a gente pode estar aí trabalhando.

Ademais, era essa a observação de fazer essa sugestão ao Governo, porque também é um pouco frustrante, Sr. Secretário. A gente aqui trabalha. Hoje esta audiência está vazia. A gente fez audiência aqui com 500, 600 pessoas, e aí é um trabalho enorme que a comissão produz e acaba sendo tudo vetado. Então, acho que era importante a gente ter essa relação próxima. Eu tenho percebido, da sua parte total, interesse pelos assuntos da Câmara. V.Exa. está sempre aqui discutindo e tem sido muito aberto e a sua equipe também.

Então, fica aqui posta uma ideia concreta, real, para a gente poder discutir uma elaboração, dentro da LDO, de como deve se chegar o orçamento, no final do ano, e a gente trabalhando muito bem essas questões do Fundo Municipal de Desestatização, com indicações de recursos para determinadas áreas. Acho que a gente pode dar uma resposta para a sociedade.

Era essa a observação, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito bem. Passemos às conclusões do Sr. Secretário e sua equipe.

Sr. Ricardo, mais uns dois bilhões acabam um dia. Não estou conseguindo entender. Vendem por dois bilhões, mas eles acabam. Aquilo não lhes pertencem. Acho que é uma Matemática simples. Que sejam cinco bilhões o autódromo, o patrimônio da Prefeitura, eles acabam. Investem e constroem, mas é isso.

O SR. RICARDO NUNES - V.Exa. é da sua zona Sul. V.Exa. sabe que a gente não tem UBS e não tem muitos serviços. Hoje eu saí de casa às 7h30 da manhã para chegar aqui às 9h. É uma dificuldade no trânsito.

Não há lógica. Gastam 150 milhões na reforma daquela pista. Quem usa é 0,000 de pessoa e nós temos uma lei aprovada nesta Casa, que a venda de ingresso para corrida de autódromo, não pagam 5% de ISS, pagam 2%. É muito privilégio para quem não precisa. Toda a minha discussão é do Theatro Municipal, aquele dinheiro que foi gasto, que roubaram. Têm que pagar o ingresso. Podem. Agora o pessoal que está lá, precisa da UBS e precisa de cultura.

A SRA. SONINHA FRANCINE - É o orçamento municipal de três Prefeituras Regionais a despesa de manutenção do autódromo?

O SR. RICARDO NUNES - Para se fazer uma UBS top, o custo é de cinco milhões, para fazerem uma bacana.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É tão interessante que o Governo mandou o montante que ele deseja arrecadar com o plano de privatizações, mas, nesse debate, nós já descobrimos três itens que existem valores que o Governo apresenta. O autódromo é um e a SP Negócios é outro. Nós estamos aqui e o grande desafio é saber, e o Sr. Secretário pode nos falar, nessa ou em outra oportunidade, qual é o montante que o Governo pretende

arrecadar com cada item. Acho que esse debate nós temos que fazer nesta Casa. Vai ser feito.

O SR. RICARDO NUNES - Vai ser feito. É algo importante.

Sr. Presidente, só para concluir, às vezes, a gente imagina que, na LDO, vai pôr valor para cada coisa. Não é. Nós vamos fazer a lei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vai constar na LDO.

O SR. RICARDO NUNES - Eu acho que a gente pode discutir esse assunto. Eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Não são os valores, mas o plano de privatizações.

O SR. RICARDO NUNES - E entrando x% para isso ou para aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Nós faremos outras audiências.

Imediatamente nós vamos entrar na reunião ordinária.

Tem a palavra Sr. Secretário, para suas conclusões finais.

O SR. CAIO MEGALE - Obrigado. Vou fazer alguns comentários rápidos aqui. Depois podem completar com alguns pontos mais técnicos. Do ponto de vista da elaboração do orçamento, de novo, queria agradecer a todos os comentários. Eles são todos muito importantes. Nós temos um desafio grande, de fazer um orçamento que seja o equilíbrio geral de todas as demandas. Cada setor, cada ala tem as suas demandas em particular, mas nós temos uma restrição orçamentária global, que é a capacidade de arrecadação do município. Nós temos que fazer o exercício, fazer o esforço. Eu acho que essas audiências públicas vão nessa direção, para que nós consigamos fazer a melhor alocação de recursos possível.

Há muitos comentários que falam sobre o plano de metas. Nele, os principais projetos entram dentro das diretrizes orçamentárias, mas há muitas atividades. Foram mencionados, por exemplo, os programas que não necessariamente são projetos. Por exemplo, a Virada Cultural é uma coisa que obviamente vai acontecer todo ano, mas ela não é uma meta do Governo. Ela é uma atividade que vai acontecendo. A gente tem obviamente

objetivos em todas as áreas, de melhorar, de aprimorar, de fazer cada vez melhor, mas não entra entre as principais grandes metas do Governo. Ela obviamente vai acontecer e isso se replica(?) para várias outras atividades e projetos do nosso dia a dia da execução orçamentária.

Do ponto de vista das privatizações, parcerias, PPPs, eu acho que o comentário que a Sra. Soninha fez é muito pertinente. Quer dizer, é uma coisa meio circular, porque a gente tem uma discussão, em paralelo, que é a discussão do fundo de participação, do fundo das privatizações, parcerias e desestatização, que é o fundo de desenvolvimento, que precisa ser aprovado, e tem um cronograma que tem que ser aprovado. Do ponto de vista de orçamento, não basta só saber: O autódromo vai valer dois bilhões. Há uma questão, de fato, quanto vai ser e como vai ser a execução desse orçamento, quanto que entra em 18 e quanto que entra em 19, porque aí vão tendo que aprimorar, e eu acredito que, até o final, até a elaboração da LOAS(?), nós vamos ter isso mais claro e vamos poder claramente contemplar, como falou o Vereador Ricardo Nunes. Aí sim nós vamos ter valores mais certos e vamos colocar ali, e se acontecer... Em paralelo, está a discussão do Plano Municipal de Desestatização.

Com relação ao destino dos recursos, o programa, o plano do Executivo é que ele seja restrito a investimento. Aliás, dependendo da atividade, se for uma PPP, aí há mais liberdade legal de usar os recursos. Se for uma privatização, a venda de um autódromo, aí pela Lei de Responsabilidade, tem que ser destinada a investimento. Não pode ser destinada a custeio. Aí há uma série de considerações que nós temos que levar em conta, mas a nossa proposta não é o tema aqui. É o tema do outro projeto de lei, mas a nossa proposta é que seja constituído um fundo e esse fundo seja “destinado a investimento nas áreas prioritárias de Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Segurança e Assistência Social”.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Convido a todos, com uma ampla divulgação, se for possível, para a próxima quarta-feira, quando debateremos o tema Habitação, Saúde e

Assistência Social.

Em nada mais haver a tratar, está encerrada esta audiência pública.

Obrigado.
